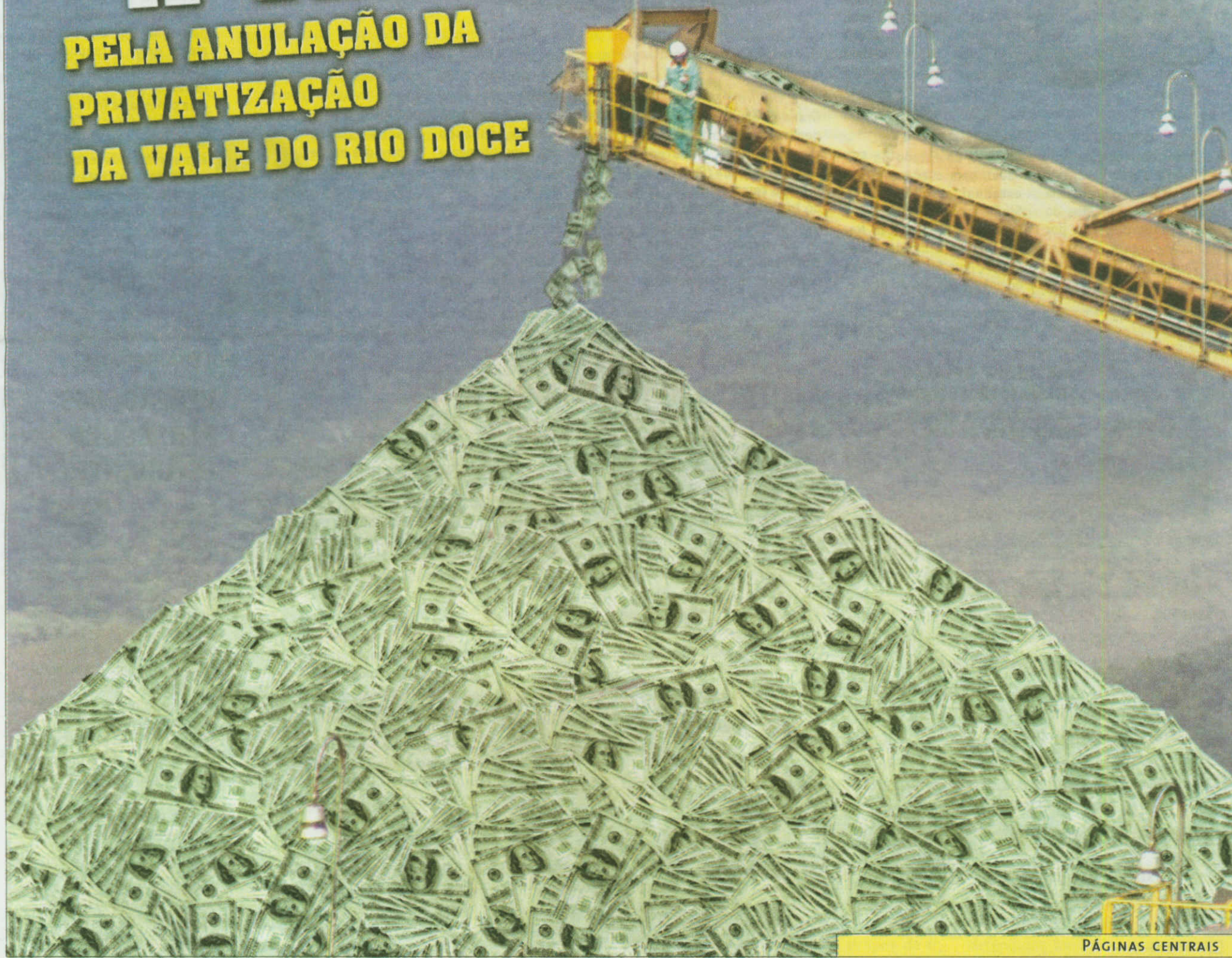
OPINIÃO SOCIALISTA

O JORNAL DO PSTU
ANO X - EDIÇÃO 283
R$ 2 - DE 30/11 A 06/12/2006

A VALE É NOSSA!

PELA ANULAÇÃO DA PRIVATIZAÇÃO DA VALE DO RIO DOCE

PÁGINAS CENTRAIS

SUPERSIMPLES É APROVADO NO CONGRESSO

PÁGINA 3

VEJA COMO EMPRESÁRIOS COMPRAM UM DEPUTADO

PÁGINA 5

O QUE SE PASSA COM O GOVERNO DE EVO MORALES?

PÁGINAS 10 E 11

AUMENTO

Como se não bastasse os parlamentares do Congresso Nacional articularem um aumento de seus salários em 100%, a presidente do Supremo Tribunal Federal, Ellen Gracie, quer aumentar o seu próprio salário para R$ 30 mil e os dos colegas ministros para perto de R$ 26 mil. A tramóia está sendo realizada a partir do Conselho Nacional de Justiça, criado para "fiscalizar" a Justiça. Enquanto isso, o governo do PT propõe reajustar o salário mínimo dos trabalhadores em míseros R$ 17.

PÉROLA

"Invistam aqui, porque investir no Brasil é garantia de lucro"

LULA, em uma declaração explícita de que pretende levar as reformas neoliberais a cabo no Brasil (Último Segundo 24/11)

LIGAÇÕES PERIGOSAS

Em dados obtidos pela Polícia Federal com a quebra de sigilo telefônico, consta uma ligação de três minutos do celular 'seguro' usado por Hamilton Lacerda, ex-assessor da campanha do senador Aloizio Mercadante (PT) ao governo do Estado de São Paulo, para o ex-presidente estadual da CUT e do Sindicato dos Bancários de São Paulo, João Vaccari Neto. Lacerda é um dos "aloprados" que fez parte do esquema de compra do dossiê.

CHARGE / AROEIRA

SUPOSTA INDEPENDÊNCIA

Grandes empresas fizeram generosas contribuições à campanha do deputado Fernando Gabeira (PV-RJ). Ele recebeu cerca de R$ 150 mil do Instituto Brasileiro de Siderurgia e da Klabin, empresa de papel e celulose, derrubando a suposta 'independência' do parlamentar.

BESTIALIDADE

Dezenas de crimes contra as mulheres estão ganhando mais destaque recentemente na mídia. Segundo a Organização Mundial da Saúde, quase a metade das mulheres assassinadas no mundo é morta pelo marido ou namorado. No Brasil, cerca de 2 milhões de mulheres são espancadas por ano. São dados assustadores que expõe com toda crueza uma realidade de violência machista da qual as mulheres são vítimas.

COALIZÃO

Sob uma forte disputa por cargos no governo (e seus salários vultuosos), o Diretório Nacional do PT aprovou uma resolução na qual defende um "governo de coalizão", quer dizer, com o PMDB. Lula agora está com o caminho livre para ampliar as alianças com os partidos burgueses, levando o governo ainda mais à direita.

REPRESSÃO EM OAXACA

Nesse último fim de semana mais uma onda de repressão se abateu sobre Oaxaca, no México. A polícia reprimiu com dureza as manifestações da população, que por seis meses exige a renúncia do governador Ulises Ruiz. A repressão deixou seis mortos, uma centena de feridos e 160 pessoas detidas. O enfrentamento ocorreu depois que a praça da cidade amanheceu "blindada" pela polícia. Manifestantes da Assembléia Popular dos Povos de Oaxaca (APPO) tentaram ocupar o local, mas foram duramente repelidos. Leia mais sobre Oaxaca no Portal do PSTU.

EDITORA SUNDERMANN LANÇA CESTA BÁSICA MARXISTA

Neste fim de ano a Editora José Luis e Rosa Sundermann está realizando uma promoção de livros, a *Cesta Básica Marxista*. A lista é composta por livros fundamentais a todos os que querem iniciar ou aprofundar seus estudos teóricos. Todos os livros, com pagamento à vista, sai por R$ 45. Os interessados devem entrar em contato com a editora, pelo telefone (11) 3253.5801 ou pelo e-mail: *vendas@editorasundermann.com.br* **Boa leitura!**

OS LIVROS DA CESTA

- **O programa de Transição** - Leon Trotsky
- **Atualização do Programa de Transição** - Nahuel Moreno
- **Origem da Família Propriedade Privada e do Estado** - F. Engels
- **Socialismo Utópico ao Científico** - F. Engels
- **História das Internacionais** – A. Sagra
- **Teoria e Organização do Partido** – Lênin, Trotsky, Moreno

SOLIDARIEDADE

VEREADORES PERSEGUEM ESTUDANTES

No dia 21, mais de 150 estudantes protestaram na Câmara de Bragança Paulista (SP). Os vereadores, que votariam a lista tríplice para o novo presidente da FESB (Faculdade de Ensino Superior de Bragança Paulista), manobraram e reprovaram a lista. Os estudantes protestaram, chegando a discutir com vereadores.

No dia seguinte os vereadores abriram um inquérito contra os manifestantes por desacato às autoridades. Os estudantes da FESB pedem que as entidades e sindicatos enviem notas de repúdio, exigindo a retirada da ação policial.

ENVIAR MOÇÕES PARA
acom@camarabp.sp.gov.br ou pelo fax (11) 4033 5618 aos cuidados do presidente da Câmara, Clovis Amaral Garcia

EXPEDIENTE

OPINIÃO SOCIALISTA
é uma publicação semanal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
CNPJ 73.282.907/0001-64 - Atividade principal 91.92-8-00

CORRESPONDÊNCIA
Rua dos Caciques, 265 - Saúde - São Paulo - SP - CEP 04145-000
Fax: (11) 5581.5776 e-mail: *opiniao@pstu.org.br*

CONSELHO EDITORIAL Bernardo Cerdeira, Cyro Garcia, Concha Menezes, Dirceu Travesso, João Ricardo Soares, Joaquim Magalhães, José Maria de Almeida, Luiz Carlos Prates "Mancha", Nando Poeta, Paulo Aguena e Valério Arcary **EDITOR** Eduardo Almeida Neto **JORNALISTA RESPONSÁVEL** Mariúcha Fontana (MTb14555) **REDAÇÃO** Diego Cruz, Jeferson Choma, Marisa Carvalho, Wilson H. da Silva, Yara Fernandes **DIAGRAMAÇÃO** Carol Rodrigues e Gustavo Sixel **REVISÃO** Marisa Carvalho **IMPRESSÃO** Gráfica Lance (11) 3856-1356 **ASSINATURAS** (11) 5581-5576 *assinaturas@pstu.org.br - www.pstu.org.br/assinaturas*

ENDEREÇOS

SEDE NACIONAL

Rua dos Caciques, 265
Saúde - São Paulo (SP)
CEP 04145-000 - (11) 5581-5776

www.pstu.org.br
www.litci.org

pstu@pstu.org.br
opiniao@pstu.org.br
assinaturas@pstu.org.br
sindical@pstu.org.br
juventude@pstu.org.br
lutamulher@pstu.org.br
gayslesb@pstu.org.br
racaeclasse@pstu.org.br
livraria@pstu.org.br
internacional@pstu.org.br

ALAGOAS

MACEIÓ - (82)9903.1709
maceio@pstu.org.br

AMAPÁ

MACAPÁ - Av. Pe. Júlio, 374 - Sala 013 - Centro (altos Bazar Brasil)
(96) 3224.3499
macapa@pstu.org.br

AMAZONAS

MANAUS - R. Luiz Antony, 823, Centro (92) 234-7093
manaus@pstu.org.br

BAHIA

SALVADOR - Rua Fonte do Gravatá, 36, Nazaré (71) 3321-5157
salvador@pstu.org.br
ALAGOINHAS - R. 13 de Maio, 42 Centro
IPIAÚ - Avenida Lauro de Freitas, 282, Centro
VITÓRIA DA CONQUISTA
Avenida Caetité, 1831 - Bairro Brasil
www.pstu.org.br/conquista

CEARÁ

FORTALEZA *fortaleza@pstu.org.br*
CENTRO -Av. Carapinima, 1700, Benfica (82) 254-4727
www.pstufortaleza.org
MARACANAÚ -Rua 1, 229 - Conjunto Jereissati 1
JUAZEIRO DO NORTE - Rua Padre Cícero, 985, Centro

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA - Setor de Diversões Sul - CONIC - Edifício Venâncio V, sala 506
Asa Sul - Brasília - DF
brasilia@pstu.org.br

ESPÍRITO SANTO

VITÓRIA - *vitoria@pstu.org.br*

GOIÁS

FORMOSA - Av. Valeriano de Castro, nº 231, Centro - (61) 631-7368
GOIÂNIA - R. 70, 715, 1º and./sl. 4 (Esquina com Av. Independência)
(62) 3224-0616
goiania@pstu.org.br

MARANHÃO

SÃO LUÍS - (98) 3245-8996 / 3258-0550
saoluis@pstu.org.br

MATO GROSSO

CUIABÁ - Av. Couto Magalhães, 165, Jd. Leblon (65) 9956-2942

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE - Av. América, 921
Vila Planalto (67) 384-0144
campogrande@pstu.org.br

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE *bh@pstu.org.br*
CENTRO - Rua da Bahia, 504/ 603 - Centro (31) 3201-0736
BETIM - R. Inconfidência, sl 205 Centro
CONTAGEM - Rua França, 532/202 - Eldorado - (31) 3352-8724
JUIZ DE FORA juizdefora@pstu.org.br
UBERABA R. Tristão de Castro, 127 - (34) 3312-5629
uberaba@pstu.org.br
UBERLÂNDIA - R. Ipiranga, 62 - Cazeca

PARÁ

BELÉM *belem@pstu.org.br*
Tv. do Vileta, 2519 - (91) 3226-3377
ICOARACI - R. Pe. Júlio Maria, 403/1
(91) 227-8869 / 247-7058
CAMETÁ - Tv. Maxparijós, 1195, B. Novo
RONDON DO PARÁ - R. Ayrton Senna, 147 (94) 326-3004
SÃO FRANCISCO DO PARÁ - Rod. PA-320, s/nº (ao lado da Câmara) (91) 96172944

PARAÍBA

JOÃO PESSOA - R. Almeida Barreto, 391, 1º andar - Centro (83) 241-2368 -
joaopessoa@pstu.org.br

PARANÁ

CURITIBA - R. Alfredo Buffren, 29 sala 4

PERNAMBUCO

RECIFE - Rua Leão Coroado, 20 - Boa Vista - (81) 3222-2549
www.pstu.org.br/pernambuco

PIAUÍ

TERESINA - Rua Quintino Bocaiúva, 778

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO *rio@pstu.org.br*
(21) 2232-9458
LAPA - Rua da Lapa, 180 - sobreloja
DUQUE DE CAXIAS - Rua das Pedras, 66/01, Centro
NITERÓI - Av. Visconde do Rio Branco, 633 / 308 - Centro *niteroi@pstu.org.br*
NOVA FRIBURGO - Rua Guarani, 62 - Cordueira (24) 2533-3522
NOVA IGUAÇU - Rua Cel Carlos de Matos, 45 - Centro *novaiguacu@pstu.org.br*
SÃO GONÇALO - Rua Ary Parreiras, 2411 sala 102 - Paraíso (próximo a FFP/UERJ)
SUL FLUMINENSE
sulfluminense@pstu.org.br
BARRA MANSA - Rua Dr Abelardo de Oliveira, 244 Centro (24) 3322-0112
VALENÇA - Pça Visc.do Rio Preto, 362/402, Centro (24) 3352-2312
VOLTA REDONDA - Av. Paulo de Frontim, 128- sala 301 - Bairro Aterrado
NORTE FLUMINENSE
nortefluminense@pstu.org.br

RIO GRANDE DO NORTE

NATAL
CIDADE ALTA - R. Dr. Heitor Carrilho, 70 (84) 201-1558
ZONA NORTE - Rua Campo Maior, 16
Centro Comercial do Panatis II

RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE *portoalegre@pstu.org.br*
CENTRO - R. General Portinho, 243
(51) 3024-3486 / 3024-3409
ALVORADA - Rua Jovelino de Souza, 233, Parada 46 (51) 9284-8807
BAGÉ - (53) 8402-6689 / 3241-7718
PASSO FUNDO - (54) 9993-7180
RIO GRANDE - (53) 9977-0097
SANTA MARIA - (55) 84061675 / 3223-3807, *santamaria@pstu.org.br*

SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - Rua Nestor Passos, 104, Centro (48) 3225-6831
floripa@pstu.org.br
CRICIÚMA - Rua Pasqual Meller, 299, Bairro Universitário, (48) 9102-4696
agapstu@yahoo.com.br

SÃO PAULO

SÃO PAULO *saopaulo@pstu.org.br*
www.pstusp.org.br
CENTRO - R. Florêncio de Abreu, 248 - São Bento (11) 3313-5604
ZONA NORTE -Rua Rodolfo Bardela, 183
V. Brasilândia (11) 3925-8696
ZONA LESTE - R. Eduardo Prim Pedroso de Melo, 18 (próximo à Pça. do Forró) - São Miguel
ZONA SUL Santo Amaro – Av. João Dias, 1.500 - piso superior
BAURU - Rua Antonio Alves nº6-62 - Centro - (14) 227-0215
bauru@pstu.org.br
CAMPINAS - R. Marechal Deodoro, 786
(19) 3235-2867 - *campinas@pstu.org.br*
FRANCO DA ROCHA - R. Coronel Domingos Ortiz, 423 - Centro
francodarocha@pstu.org.br
GUARULHOS - *guarulhos@pstu.org.br*
Av. Esperança, 705 casa 2
Vila Progresso (11) 6441-0253
Av. João Veloso, 200 - Cumbica
(11) 3436-8887
JACAREÍ - R. Luiz Simon,386 - Centro
(12) 3953-6122
MOGI DAS CRUZES - Rua Engenheiro Gualberto, 53 - Centro - (11) 4796-8630
PRES. PRUDENTE - R. Dr. Gurgel, 1555 - Vila Sta. Helena - (18) 3221-2032
RIBEIRÃO PRETO - Rua Monsenhor Siqueira, 614 - Campos Eliseos (16) 3637.7242 *ribeiraopreto@pstu.org.br*
SANTO ANDRÉ -Rua Oliveira Lima, 279 sala 5 - 2º andar
SÃO BERNARDO DO CAMPO - R. Mal. Deodoro, 2261 - Centro (11) 4339.7186
saobernardo@pstu.org.br
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS
sjc@pstu.org.br
CENTRO - Rua Sebastião Humel, 759
(12) 3941.2845
ZONA SUL - Rua Brumado, 169 - Vale do Sol
SOROCABA - Rua Prof. Maria de Almeida, 498 - Vl. Carvalho (15) 9129.7865 *sorocaba@pstu.org.br*
SUZANO *suzano@pstu.org.br*
TAUBATÉ - Rua D. Chiquinha de Mattos, 142/ sala 113 - Centro

SERGIPE

ARACAJU - Av. Gasoduto / Francisco José da Fonseca, 1538-b
Cjto. Orlando Dantas (79) 3251-3530
aracaju@pstu.org.br

EDITORIAL

ABREM-SE AS PORTAS PARA A REFORMA TRABALHISTA

O projeto do Supersimples foi votado na Câmara com 323 votos a favor, quatro abstenções e nenhum voto contra. Como vimos denunciando, esse projeto, com o atrativo de diminuir a carga de impostos para as micro-empresas, flexibiliza os direitos trabalhistas de seus empregados.

É simbólico que, assim como na aprovação no Senado, com acordo de lideranças, não tenha havido nenhum voto contra o Supersimples na Câmara. Em todo o Congresso Nacional não houve nenhum voto a favor dos interesses dos trabalhadores. Lula e a oposição burguesa, o PT e o PSDB-PFL, que brigaram tanto entre si nas eleições recentes, ao chegar no momento de atacar os interesses dos trabalhadores estão juntos.

Segundo essa lei, a empresa que aderir ao plano não pagará mais contribuição à Previdência de seus trabalhadores e fica desobrigada da "anotação das férias dos empregados nos respectivos livros ou fichas de registro". A lei também "flexibiliza" a fiscalização, que não terá mais caráter repressivo, somente de "orientação". Ou seja, o empresário fica livre para pisar nos direitos de seus empregados, já que não será punido. Isso pode incluir tudo, desde as férias (que agora as empresas não precisam registrar sequer nos livros), décimo-terceiro salário, etc.

Como já tinha sido aprovado no Senado, o Supersimples agora só depende da assinatura do presidente para se tornar lei, e Lula vai assiná-la. Assim estará aberto o caminho para a reforma trabalhista, para atacar direitos mínimos do conjunto dos trabalhadores, o que Lula prometeu às grandes empresas para seu segundo mandato.

A grande imprensa, como está de acordo com a reforma trabalhista, não dá nenhum destaque ao grave ataque aos direitos dos trabalhadores que está sendo cometido. Ressalta apenas "as vantagens para as micro-empresas", pela diminuição dos impostos e burocracia, e que isso vai "significar mais emprego", etc.

No entanto, os deputados e senadores que votaram este projeto sabiam que ele flexibiliza os direitos trabalhistas. O Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) divulgou a avaliação do senador Paulo Paim (PT-RS) de que o Supersimples "é falho, ao isentar contribuições previdenciárias e flexibilizar direitos trabalhistas". Uma comissão de dirigentes sindicais da Conlutas esteve no Congresso para afirmar isso aos parlamentares. Ninguém votou sem saber do que se tratava.

> **DEPOIS DE APROVADA no Congresso, Lula vai assinar a lei do Supersimples, prometidas às grandes empresas**

Os parlamentares sabem também que essa conversa fiada de "gerar empregos" é apenas para conseguir apoio popular para acabar com direitos mínimos dos trabalhadores. Em todos os países em que ocorreu flexibilização de direitos dos trabalhadores, nunca existiu nenhum avanço real no combate ao desemprego. Essa é mais uma ideologia típica do neoliberalismo, igualzinha a "é preciso privatizar para investir o dinheiro conseguido em saúde e educação" (e depois utilizar o dinheiro para pagar os banqueiros), ou "é preciso reformar a Previdência, para acabar com o déficit" (quando não existe déficit nenhum). Depois da flexibilização dos direitos, aumentam os lucros das empresas e perdem os trabalhadores. Nenhum emprego a mais, muitos direitos a menos.

A votação do Supersimples assume enorme gravidade porque abre as portas para a reforma trabalhista. Essa é a explicação para o grande acordo entre PT, PSDB e PFL para impor essa lei. Lula está começando a pagar para a burguesia a fatura de sua reeleição.

Da mesma forma, os pelegos da CUT e da Força Sindical apóiam a reforma trabalhista porque querem a reforma sindical, que deve vir junto com a trabalhista no ano que vem. A reforma sindical vai dar às cúpulas da CUT e Força Sindical o poder de negociar os direitos dos trabalhadores com os patrões sem sequer consultar os sindicatos de base.

A maioria dos trabalhadores brasileiros ainda tem expectativas em Lula. Eles deveriam estudar essa lei, entender o seu significado. Essa é a melhor maneira de se preparar para esses ataques que o governo Lula vai estender ao conjunto dos trabalhadores em seu segundo mandato.

UM ERRO GRAVE DO PSOL

Já esperávamos esse tipo de postura contra os trabalhadores, vindo do PT, PSDB, PFL, CUT e Força Sindical. O que não entendemos é a posição do PSOL, que também foi a favor dessa lei.

O PSOL foi a favor do Supersimples no Senado, onde o projeto sequer foi para a votação, pois havia um acordo entre as bancadas. A senadora do PSOL, Heloísa Helena, também orientou o voto a favor. Agora na Câmara, o PSOL também votou a favor do Supersimples. O deputado Chico Alencar (RJ), quando apresentou oficialmente a posição do partido a favor do projeto, reconheceu que existiam "impropriedades" como a *"precarização de alguns direitos trabalhistas"*, mas mesmo assim, considerou o projeto "positivo". Votaram a favor da lei o próprio Chico Alencar, Babá e João Alfredo. Outros deputados do PSOL, Ivan Valente e Luciana Genro se abstiveram. Não houve nenhum voto do PSOL, no Senado ou na Câmara, contra o Supersimples.

Com isso, os parlamentares do PSOL estiveram ao lado do governo e da oposição burguesa e se chocaram com boa parte de seus militantes, que está na Conlutas, em campanha contra as reformas neoliberais e o Supersimples. Trata-se de um erro grave. Vários dirigentes sindicais do PSOL estão, neste momento, com os militantes do **PSTU** e independentes, fazendo campanha contra o Supersimples em suas bases.

Apoiamos integralmente a campanha da Conlutas contra o Supersimples e as demais reformas neoliberais que estão sendo preparadas pelo governo. Chamamos o conjunto dos sindicatos e entidades do movimento a se somarem a essa campanha. E propomos aos parlamentares do PSOL que ouçam a opinião de suas bases e revejam esta posição equivocada.

APÓS ELEIÇÕES, TARIFAS AUMENTAM

PASSAGEM DE ÔNIBUS, trem e metrô de São Paulo sobe para R$ 2,30, anunciando o que deve ocorrer em outras capitais

DIEGO CRUZ,
da redação

Passadas as eleições, prefeitos e governadores aproveitam o final de ano para aumentarem as tarifas do transporte público urbano. Utilizando sempre o velho argumento de um suposto rombo nas contas públicas e das empresas de transporte, políticos e empresários planejam uma nova extorsão sobre a população trabalhadora e os estudantes.

No começo de novembro, a tarifa do ônibus na região metropolitana de Salvador subiu 12,20%. Já na capital paulista, o transporte público fica ainda mais caro a partir do dia 30 de novembro. As tarifas de ônibus, trens e o metrô sofrerão de conjunto aumento de 15%, valor superior ao triplo da inflação no período, de 4,68%, passando a valer, cada um, R$ 2,30. Nos últimos 12 anos, a tarifa aumentou 400%. Valendo-se de um humor mórbido que não foi capaz de utilizar durante a recente crise do PCC, o governador Cláudio Lembo (PFL) saiu-se com essa durante o anúncio do aumento: "Tudo R$ *2,30, agora ficou fácil*".

O aumento em São Paulo se dá através de uma negociação entre prefeitura, governo do estado e as empresas de transporte. A prefeitura afirma que o subsídio garantido ao sistema de integração causa um rombo de R$ 85 milhões nas contas públicas. Em audiência pública sobre o reajuste, o chefe de gabinete da Secretaria Municipal de Transportes, José Roberto Generoso, foi taxativo: *"Alguém tem que pagar essa conta"*, afirmou. Esse alguém, claro, é a população pobre. Com o aumento, um trabalhador ou estudante que depende do transporte público vai gastar ao final do mês, só contando os dias úteis, cerca de R$ 101.

Ou seja, um trabalhador vai gastar quase 30% de um salário mínimo no mês só com transporte. Como se isso não bastasse, o valor das tarifas é proporcional à degradação e sucateamento do transporte. Frota sucateada e, sobretudo, insuficiente transforma o cotidiano da população num verdadeiro inferno.

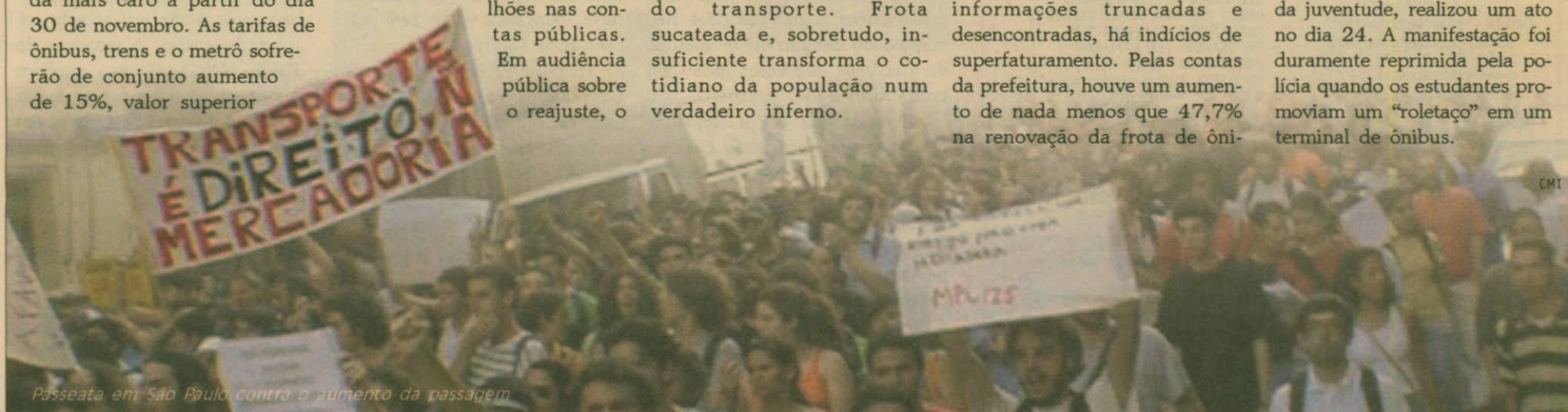
CAIXA PRETA DO TRANSPORTE

Para quem realmente depende do transporte público, é difícil acreditar que exista alguma possibilidade do setor causar prejuízo. Ônibus e trens superlotados nos horários de picos é um fenômeno nacional. Cada vez mais fica evidente a roubalheira que ocorre nos subterrâneos das contas do setor.

Ainda em São Paulo, vários vereadores da Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica da Câmara denunciaram inúmeras irregularidades nas planilhas apresentadas pela prefeitura para embasar o aumento da tarifa. Além de informações truncadas e desencontradas, há indícios de superfaturamento. Pelas contas da prefeitura, houve um aumento de nada menos que 47,7% na renovação da frota de ônibus, passando de R$ 19 milhões em 2005 para R$ 28 milhões este ano. O usuário, no entanto, não notou nenhuma diferença nesse período.

REDUÇÃO DAS TARIFAS E PASSE-LIVRE JÁ!

Trabalhadores e estudantes não deixarão passar o aumento sem luta. Assim como ocorreu em Salvador, Florianópolis e Espírito Santo, a resistência encabeçada pelos estudantes se articula para barrar mais esse ataque. Na capital paulista, a Frente de Luta Contra o Aumento, composta por vários movimentos e entidades da juventude, realizou um ato no dia 24. A manifestação foi duramente reprimida pela polícia quando os estudantes promoviam um "roletaço" em um terminal de ônibus.

CMI

Passeata em São Paulo contra o aumento da passagem

PREVIDÊNCIA

OUTRO GOLPE CONTRA APOSENTADOS

JEFERSON CHOMA,
da redação

Mas uma vez, o governo deu duro um golpe nos aposentados. No último dia 21, a base do governo conseguiu aprovar por 184 votos contra 158 um reajuste de 5,01% para os aposentado que recebem benefícios acima de um salário mínimo.

Em junho, por motivações eleitorais, a oposição burguesa aprovou no Senado o reajuste de 16,6% às aposentadorias, índice referente ao aumento concedido ao salário mínimo este ano. Mas Lula vetou o aumento e o governo foi obrigado então a apresentar uma MP na Câmara instituindo o valor de 5,01%. Ou seja, os aposentados terão um reajuste de quase 12% inferior ao do mínimo.

Já os parlamentares da oposição burguesa votaram de forma demagógica na proposta de 16,6. Fingem não serem os responsáveis pelo arrocho que quase matou de fome os aposentados nos oito anos em que estiveram à frente do governo federal.

IDADE MÍNIMA

A cada dia torna-se mais explícita a proposta do governo sobre uma nova reforma da Previdência. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, já fala abertamente em uma mudança estrutural nas regras: a imposição de idade mínima para a aposentadoria, tanto para homens como para mulheres, que seria um dos pontos centrais na reforma. A medida, segundo o governo, seria implementada de forma gradual, sem sustos para os contribuintes do INSS e sem estimular uma corrida aos benefícios.

Nos estudos sobre idade mínima, apontam para a criação de um mecanismo que estabeleceria a idade mínima para a aposentadoria à expectativa de vida da população, atualmente de 70,8 anos segundo o IBGE.

Não bastasse o brutal ataque que foi o fator previdenciário, agora o governo quer, a exemplo do que fez com os servidores, estabelecer a idade mínima no setor privado. O fator previdenciário, na prática, reduz os benefícios, forçando o trabalhador a se aposentar cada vez mais tarde.

OUTROS ATAQUES

Estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), vinculado ao Ministério do Planejamento, apontam também para outras mudanças como a instituição de uma "aposentadoria parcial" e cortes nos chamados "benefícios duplos".

A aposentadoria parcial seria destinada a idosos que ficam ou voltam para o mercado de trabalho após atingirem a idade de receber benefícios. Todos sabem que a imensa maioria dos inativos que voltam a trabalhar é levada pela baixa remuneração do benefício. Ao invés de aumentá-los, o governo simplesmente quer cortá-los r com a aposentadoria parcial.

O fim da duplicidade de benefícios, por outro lado, vai atingir, 700 mil mulheres viúvas que recebem aposentadoria pela contribuição do trabalho e também pensão deixada por maridos.

MITO DO DÉFICIT

Com o auxilio da mídia, o governo passa a imagem de uma Previdência está quebrada. Uma mentira que serve apenas aos interesses de meia dúzia de empresários que vão lucrar com o fim da Previdência pública. Se a Previdência for analisada dentro do contexto da seguridade social, estabelecida pela Constituição de 1988, que não engloba apenas Previdência, mas toda assistência social e a saúde. Em 2005, tal superávit chegou a R$ 28,4 bilhões, segundo estudo da Anfip.

EMPRESAS COMPRAM DEPUTADOS

PARLAMENTARES QUEREM dobrar seus próprios salários.
Dados comprovam que empresas financiaram campanhas eleitorais de deputados.

***JEFERSON CHOMA**, da redação*

A imensa maioria da população sabe que o Congresso Nacional é um covil de picaretas. Como se não bastassem os inúmeros escândalos de corrupção que afundaram a instituição em um mar de lama, poucos dias depois das eleições os deputados já estão discutindo reajustar seus próprios salários em quase 100%. Os vencimentos dos deputados podem passar dos atuais R$ 12.847 para R$ 24,5 mil por mês. Os parlamentares já articulam o aumento nos bastidores da Câmara para aprovar o reajuste no início das férias e evitar reações da opinião pública.

Já o PT, mirando a disputa pela presidência da Câmara, defende 30% de reajuste para os parlamentares, o que elevaria os salários para R$ 16,7 mil.

O mais absurdo de tudo isso é que o governo já anunciou a sua proposta de salário mínimo para o próximo ano, que será levada à votação no Congresso. A proposta é "reajustar" o mínimo de R$ 350 para R$ 367, ou seja, um aumento de ridículos R$ 17. Nas eleições, Lula prometeu elevar o mínimo para R$ 375, mas até essa tímida proposta foi traída.

Com isso, os deputados terão um salário 45 vezes maior (de acordo com a proposta do PT) do que os trabalhadores que recebem um salário mínimo.

Além do dinheiro da roubalheira, da corrupção e dos milionários lobbies, os deputados vão dobrar seus salários milionários enquanto darão o mínimo para os trabalhadores.

BALCÃO DE NEGÓCIOS

Como se isso não bastasse, dados divulgados pela Justiça Eleitoral sobre financiamento das campanhas mostraram que o balcão de negócios vai se ampliar no Congresso.

De acordo com um balanço parcial - quase 40% dos candidatos não entregaram sua declaração ao TSE e as informações sobre as doações para as campanhas presidenciais não foram divulgadas -, os quatro setores empresariais que mais forneceram dinheiro para as campanhas foram as construtoras (R$ 66,3 milhões), siderúrgicas (R$ 21,6 milhões), agronegócio (R$ 19,6 milhões) e o mercado financeiro (R$ 17,8 milhões).

Mas há uma forma de doar recursos sem ser identificado. As empresas podem passar recursos para os partidos, orientando posteriormente quem será o candidato beneficiado. Além disso, há o famoso caixa dois das campanhas eleitorais.

As empresas financiam as campanhas dos parlamentares que em troca votam em leis contra os trabalhadores, a favor desses senhores. Foi o que aconteceu, por exemplo, com a aprovação do Supersimples, que acaba com direitos dos trabalhadores das micro e pequenas empresas. Sabe-se muito bem que essas empresas doadoras de dinheiro também são prestadoras de serviços para o Estado, como as construtoras e siderúrgicas. Ou seja, a corrupção vai se ampliar.

BANCADA DA VALE

Uma reportagem do jornal *Valor Econômico* (10/11), confirma que o Congresso é onde se realizam as grandes negociatas, por meio de lobbies entre parlamentares, grandes bancos, empreiteiras, latifundiários, etc.

A reportagem mostra as empresas que financiaram as campanhas dos parlamentares, com base nos dados oficiais da Justiça Eleitoral. Segundo o *Valor*, a Vale do Rio Doce foi uma das empresas que mais bancou deputados, 46 ao todo. Depois vem o Itaú, com 31, o Grupo Gerdau, com 27, a Klabin, com 26, Camargo Correa, com 25, OAS, com 23 e Instituto Brasileiro de Siderurgia, com 21. Ao todo, elas destinaram R$ 16.287.359,00 aos parlamentares.

A Vale, sozinha, gastou R$ 5,3 milhões em financiamento de campanhas. O parlamentar mais beneficiado pela Companhia foi o presidente da Câmara, Aldo Rebelo (PCdoB – SP), que recebeu RS 300 mil. O deputado "comunista" também foi quem recebeu a maior doação da construtora Camargo Correa, com R$ 250 mil. O fato levou o jornalista Gilberto Maringoni a sugerir, com muito bom humor, que Rebelo colocasse em seu gabinete o logo das empresas ao lado das fotos de João Amazonas e Che Guevara. *"Hay que endurecer, pero sin perder el financiamiento"*, ironizou.

Mas a bancada da Vale ainda abarca outros partidos, como o PT (partido que recebeu a maior fatia do financiamento, com 16 deputados beneficiados), PSDB (7), PMDB (5), PFL (4), e outros do PTB, PSB, PPS, PL, PDT e PL.

Por trás do financiamento da Vale há a preocupação de fazer com que os deputados votem em projetos favoráveis aos seus interesses. Tramita atualmente na Justiça uma ação para anular o leilão fraudulento que privatizou a companhia (ver páginas 6 e 7). Se o tema chegar ao Congresso certamente os parlamentares financiados pela Vale votarão a favor dos interesses da empresa.

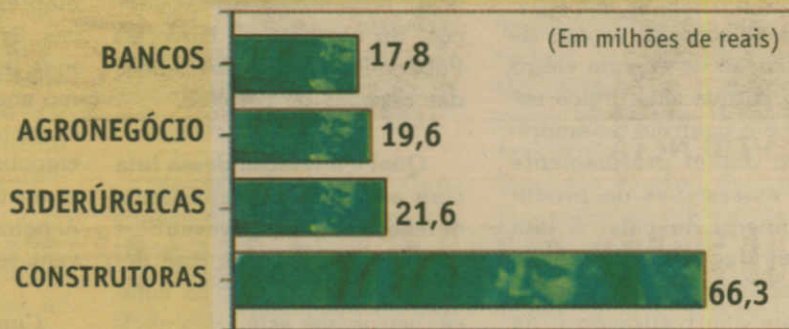
OUTRAS BANCADAS

As contas do TSE também mostram que o deputado e ministro Cyro Gomes foi o maior beneficiado pelas doações da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), com R$ 500 mil. A empresa investe no Ceará desde os tempos em que Cyro era governador.

Já o Itaú, o maior banco privado do país, investiu pesado nas candidaturas do PSDB, doando um total de R$ 457,5 mil para os tucanos. O PT foi o segundo partido mais beneficiado pelo banco, recebendo R$ 280 mil.

Uma outra reportagem da *Folha de S. Paulo* (19/11) também mostrou a promiscuidade entre as empresas e os deputados. Centenas de parlamentares reeleitos captaram recursos de setores atendidos por projetos. O do deputado Alberto Lupion (PFL-PR), presidente da Comissão de Agricultura, recebeu, pelos "serviços prestados", R$ 625 mil de empresas ligadas ao agronegócio, 80% de tudo o que ele arrecadou na campanha.

Entretanto, teve deputado que reclamou por que recebeu um valor "menor" do que o esperado. É o caso do deputado Alberto Fraga (PFL-DF), que recebeu R$ 282,5 mil das empresas de armamento Taurus e CBC (Companhia Brasileira de Cartuchos). *"Paguei um ônus tão grande por ser líder da bancada da bala, eu acho que muita gente se surpreendeu com a doação que eu tive. Eu mesmo esperava mais"*, disse.

WWW.PSTU.ORG.BR
Veja no portal os deputados da bancada da Vale

Fonte: TSE.

UM JOGO VICIADO

A grande imprensa não cansa de repetir que o Congresso é a "casa do povo" e de que basta votar que a vida dos trabalhadores vai mudar. Uma grande mentira. As eleições é um jogo de cartas marcadas, totalmente controlado pela burguesia. O regime vive do engano. Os políticos burgueses nunca falam o que pensam, mas o que as massas querem ouvir (que lhes é dito por marqueteiros, pagos a peso de ouro).

Apenas aqueles que têm campanhas milionárias financiadas por grandes empresários conseguem se eleger. Não há nada de democrático nesse regime. Um partido operário, por exemplo, que se recusa a aceitar o financiamento da grande burguesia, tem as suas chances eleitorais extremamente reduzidas.

Uma vez no poder, os empresários que financiam as campanhas eleitorais cobram a fatura e formam as grandes bancadas e lobbies a favor de seus interesses. Assim se votam semanalmente leis contra os trabalhadores no Congresso. Esse é o mecanismo do jogo viciado da democracia dos ricos. Um jogo onde os trabalhadores sempre perdem.

A FRAUDE DA PRIVATIZAÇÃO DA VALE DO RIO DOCE

"As lutas contra as reformas e a privatização da Vale devem ser travadas juntas"

Entrevistamos JOSÉ MARIA DE ALMEIDA, integrante da Conlutas, sobre a campanha pela anulação do leilão da Vale do Rio Doce. A Assembléia Popular em que foi definida esta campanha, é dirigida pelas pastorais da Igreja Católica, e dela também participa o Movimento dos Sem Terras. A Conlutas foi convidada e participou dessa assembléia.

POR JEFERSON CHOMA,
da redação

Opinião Socialista - Qual é a importância dessa campanha pela anulação do leilão da Vale?

Zé Maria - A luta contra a privatização do Estado é muito importante e talvez a principal manifestação dela no país seja justamente a luta contra as privatizações. Foram entregues empresas fundamentais para a nossa soberania para o capital privado, na sua maioria estrangeiro. Isso levou o Brasil a perder o controle de todo o seu sistema de telecomunicação, de distribuição de energia elétrica, do parque siderúrgico nacional e o controle da empresa que detém praticamente todas as reservas de produção mineral do país. A luta pela anulação do leilão da Vale se insere no marco do combate à privatização e da defesa da nossa soberania.

O tema da Vale do Rio Doce foi tomado como ponta de lança dessa campanha, pela simbologia que carrega. Esta empresa é hoje uma das maiores do mundo. De longe é a maior empresa de mineração de toda a América Latina e que tem um valor patrimonial imenso. Só as reservas de minérios de ferro das quais a Vale é proprietária no estado do Pará oferecem uma perspectiva de 480 anos de exploração.

Isso mostra que de fato a empresa foi doada e junto com ela foram as reservas que ela possuía. Essa é a razão que explica porque essa luta foi retomada.

Esse combate é também parte da luta contra a privatização dos serviços públicos, do combate às Parcerias Público-Privadas e aos leilões das reservas de petróleo.

Qual é a relação dessa luta com as reformas neoliberais defendidas pelo governo?

Zé - Nós fizemos esse debate, inclusive, com os companheiros que estão desenvolvendo a campanha pela anulação do leilão da Vale. A Conlutas vai participar ativamente dessa campanha. Aliás, os sindicatos que representam os trabalhadores da Vale em Minas Gerais são, majoritariamente, parte da Conlutas e estarão nessa campanha. Mas achamos que essa campanha é parte de uma luta mais global contra o neoliberalismo. Portanto, ela deve ser movida, simultaneamente, com o enfrentamento às reformas. Além disso nós, do **PSTU**, defendemos a reestatização sob o controle dos trabalhadores.

O modelo econômico que Lula implementa é voltado para atender os interesses do grande capital, principalmente do sistema financeiro, e isso ocorre por diversas formas. Uma delas são as privatizações, transferindo nossas riquezas diretamente para o capital privado. A outra forma são as reformas neoliberais. A da Previdência, por exemplo, visa reduzir os gastos do Estado com a Previdência pública para aumentar o volume de recurso que o Estado repassa para o capital privado, seja por meio das isenções fiscais, seja pelo pagamento da dívida pública. A reforma sindical e trabalhista visa permitir a redução do custo do trabalho para aumentar a rentabilidade das empresas. Todas essa políticas, as privatizações as reformas neoliberais, têm o mesmo endereço que é aumentar a rentabilidade do capital, empobrecendo o povo e comprometendo o futuro do país. Achamos que essas lutas devem ser travadas juntas.

Como vai se desenvolver a campanha no próximo ano?

Zé – Vamos ver em que medida as entidades que participaram dessa Assembléia Popular se dispõem realmente a desenvolver essa mobilização, na medida em que implica em luta contra o governo Lula, apoiado por várias delas.

A campanha poderia ser muito positiva e já existem várias iniciativas em curso. Há abaixo-assinados pela anulação do leilão, cobrando do governo uma atitude concreta nesse sentido. Existem iniciativas de levar esse debate para várias comunidades no país inteiro. Essas atividades deveriam culminar num plebiscito nacional pela anulação do leilão, que ocorreria de 1° a 7 de setembro de 2007, na semana da pátria.

DIEGO CRUZ, *da redação*

Em 2007 completam-se 10 anos da escandalosa privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CRVD), a então tradicional estatal fundada em 1942 e desde 1974 a maior exportadora de minério de ferro do mundo. Menina dos olhos dos mais radicais privatistas, a companhia é alardeada hoje como o exemplo do acerto que teria sido o Programa Nacional de Desestatização levado a cabo pelo governo FHC, que entregou boa parte das estatais ao capital privado e estrangeiro a preço de banana.

Para tanto, são repetidos à exaustão os números que comprovariam o sucesso da Vale privatizada. No terceiro trimestre de 2006, a ex-estatal obteve recorde de lucro, quase R$ 4 bilhões. No acumulado dos primeiros nove meses do ano, a empresa lucrou R$ 10,1 bilhões. Porém, o que é omitido nesse debate são os pontos obscuros que cercam a sua privatização.

Na ressaca do processo de desestatização, a população fez sua experiência e concluiu o roubo que representou a privatização, como ficou demonstrado no debate que polarizou, ainda que falsamente, o segundo turno. Mesmo com toda a propaganda da grande mídia, no final de outubro uma pesquisa divulgada pelo Ipespe (Instituto de Pesquisa Sociais, Políticas e Econômicas), do jornal *Valor Econômico*, revelou que, de mil pessoas entrevistadas, 70% desaprovavam a privatização das grandes empresas.

A DOAÇÃO DA VALE

COMO FOI ORGANIZADO UM DOS MAIORES ROUBOS DO PAÍS

SUB-AVALIAÇÃO

Após anos de massiva campanha pela venda da estatal nos anos 90, a Vale foi leiloada em maio de 1997. A primeira polêmica envolveu a cotação da estatal realizada pela corretora Marril Lynch, que a avaliou em R$ 10 bilhões. A empresa foi acusada de sub-avaliar jazidas e o conjunto do complexo industrial da empresa, com patrimônio superior a R$ 100 bilhões.

Mais tarde se descobriu que a corretora era ligada à empresa Anglo American, participante do leilão. A estatal foi vendida por apenas R$ 3,3 bilhões. Para se ter uma idéia, esse valor significa menos do que o lucro da empresa em apenas três meses. No ano em que foi leiloada, o lucro líquido da empresa foi de R$ 12,5 bilhões, mais de três vezes o valor de sua venda.

RESERVAS MINERAIS

Outra irregularidade foi a subestimação das reservas de minério sob controle da Vale. Segundo informações da própria CVRD, as reservas de minério de ferro de Minas Gerais e da Serra dos Carajás eram de 12,9 bilhões de toneladas em 1995, muito acima dos 3,2 bilhões de toneladas anunciadas na época da privatização. Além disso, a privatização da Vale foi inconstitucional por vender reservas de urânio, que são de propriedade exclusiva da União, alienar milhões de hectares de terras e permitir a exploração de minérios na faixa de fronteira, o que não poderia ser feito sem a aprovação do Congresso Nacional.

DINHEIRO EM CAIXA

A Vale contava no momento da privatização com R$ 700 milhões em caixa, ou seja, um "bônus" recebido por seus compradores.

ALGUMAS PERGUNTAS QUE NÃO QUEREM CALAR

ONDE FOI PARAR O DINHEIRO DA VENDA DA EMPRESA E DAS OUTRAS ESTATAIS?

A Vale foi privatizada sob a desculpa de pagar a dívida pública. No entanto, a dívida só cresceu de lá pra cá. Ninguém sabe onde foi parar o dinheiro das privatizações. Você sabe?

POR QUE A VALE DO RIO DOCE LUCRA TANTO ATUALMENTE?

Se os altos lucros da Vale provaram algo foi o enorme prejuízo que o setor público amargou com a sua venda. Tais lucros não advêm de um suposto bom gerenciamento do setor privado, mas de uma situação externa favorável causada pelo aumento da demanda de matéria prima pela China e o conseqüente aumento do preço do minério.

Como se isso não bastasse, dias antes do leilão da Vale foram descobertas jazidas de minério, incluindo ouro, que não foram contabilizadas no preço mínimo de venda.

Desta forma, fica fácil entender o motivo pelo qual os lucros da empresa foram alavancados automaticamente logo após a privatização.

Esse processo, aliás, ocorreu com o conjunto de estatais privatizadas nos anos 90. Durante anos, o governo aplicava uma política de contenção de gastos e sabotagem deliberada como pretexto para a privatização. Após a venda, uma avalanche de números tentava legitimar a rapina do patrimônio público.

"A reestatização é uma bandeira do povo brasileiro"

Em Minas Gerais, o *Opinião* entrevistou PAULO SOARES, da diretoria do sindicato dos trabalhadores da Vale do Rio Doce de Itabira (MG). Eles nos conta sobre a última campanha salarial da categoria e defende a necessidade de reestatizar a companhia.

POR NAZARENO GODEIRO,
de Belo Horizonte (MG)

Opinião Socialista - Como a Vale está distribuindo parte dessa riqueza com os funcionários? Quais são as condições de trabalho e salários na Vale? Quais as reivindicações mais importantes na última campanha salarial?

Paulo Soares - Na verdade, no período pós-privatização a empresa se tornou mais agressiva tanto no mercado, quanto com os trabalhadores. Passou a ter uma política de Participação nos Resultados que só beneficia quem ocupa os altos cargos na empresa, deixando a maioria dos trabalhadores de lado, sendo que são eles que produzem as riquezas da empresa. Nas condições de trabalho houve um retrocesso e a empresa passou a investir menos na área de saúde e segurança.

Também ocorreu um grande arrocho salarial. Os trabalhadores perderam cerca de 60% de seu poder aquisitivo. A campanha salarial desse ano foi difícil, buscamos um avanço no acordo coletivo e a Vale saiu desse processo ferida, mas os trabalhadores se conscientizaram que é preciso muita luta para buscar os seus direitos.

Recentemente, no seu sindicato, o Metabase de Itabira, foi empossada uma nova diretoria que derrotou uma chapa da CUT. Como esta nova diretoria pensa em organizar a luta da categoria na região e no Brasil?

Soares - Pensamos em ser uma direção nova, mais participativa. Também vemos a necessidade de combater o Estado, com suas propostas de reforma previdenciária, sindical, e trabalhista. Seremos livres para atuar, tendo como princípio e objetivo organizar os trabalhadores dentro do setor extrativo a nível nacional, para essas novas lutas.

No Metabase de Congonhas, há cerca de 20 dias, a chapa 2, de oposição, derrotou a chapa da CUT. O que está refletindo estas vitórias de chapas que derrotaram a CUT na mineração no estado?

Soares - Apoiamos a chapa 2, porque temos a clareza de que o sindicato Metabase de Congonhas, junto com o companheiro Valério e outros, está mais preparado para as novas lutas com uma nova direção. Infelizmente o setor extrativo foi abandonado, o resultado disso são novas direções, que agora devem se posicionar para combater a exploração.

Uma das propostas da campanha salarial nacional foi a incorporação da bandeira da reestatização da Vale. Como os trabalhadores da empresa irão contribuir nesta luta?

Soares - Como toda a nação brasileira, os trabalhadores tiveram grandes prejuízos com a privatização, perdendo direitos adquiridos com muita luta. Os trabalhadores estão cientes que o Estado na época fez um mau negócio. A reestatização da Vale é uma bandeira do povo brasileiro. O movimento sindical que trabalha com seriedade terá como desafio levar esta discussão para os trabalhadores para que pressionemos o Estado para reestatizar a CVRD, até porque virou uma questão de justiça.

PETROLEIROS OCUPAM SEDE DA PETROBRAS CONTRA LEILÃO

CATEGORIA também luta por reivindicações da campanha salarial

DIEGO CRUZ,
da redação

Nos dias 28 e 29 de novembro, o governo Lula, através da Agência Nacional do Petróleo (ANP), vai realizar a 8° Rodada de Licitação de Áreas para Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural, no Hotel Copacabana Palace, no Rio. Apesar de, em 2003, ter afirmado que realizaria a 5ª Rodada de Licitação só por esta ter sido definida no governo FHC, Lula deu seqüência e aprofundou a privatização do petróleo brasileiro.

No leilão, 43 empresas nacionais e estrangeiras disputarão a exploração de 14 blocos de gás e petróleo, que representam mais de 100 mil quilômetros de bacias petrolíferas. Participarão grandes multinacionais do setor, como as norte-americanas Chevron, Devon Energy e Esso, as britânicas Shell e BP e a Repsol da Espanha, entre outras.

Para que não restassem dúvidas sobre os objetivos do leilão, no edital original da venda, a ANP estabelecia um limite para a aquisição de blocos de exploração por empresa. Segundo diretores da Agência, a regra tinha como objetivo quebrar a "hegemonia da Petrobras em leilão", e "evitar o retorno aos tempos de monopólio".

Entidades de classe da Petrobras denunciam o leilão, afirmando que o Brasil possui petróleo para suprir sua auto-suficiência para até, no máximo, 10 anos. Após esse período, o país precisará importar novamente o produto. Assim, a privatização do já escasso petróleo brasileiro constituiria um duro golpe à soberania do país.

FRENTE FAZ OCUPAÇÃO

No dia 24 de novembro 13 petroleiros da Frente Nacional dos Petroleiros (FNP) parte do 7° andar do Edise, prédio que abriga a sede da Petrobras, localizado no Rio de Janeiro. Além da anulação da 8° Rodada de Licitação dos campos de petróleo, os trabalhadores exigem o atendimento das reivindicações da campanha salarial da categoria.

O impasse nas negociações dura desde o dia 17, quando a direção da empresa apresentou uma proposta que discrimina os aposentados, novos contratados e readmitidos. Os petroleiros exigem o fim da discriminação e da política da empresa em arrochar os salários dos aposentados. Como afirma o documento entregue pela Frente à empresa no dia 24: *"A Petrobrás há vários anos vem desrespeitando o contrato e concedendo reajustes menores a esses companheiros nos acordos coletivos de trabalho. Desde 1996, suas perdas já atingem mais de 74% nos seus benefícios. Da mesma forma, remunera com salário menor os novos funcionários que entraram na empresa depois de 1997 e o mesmo faz aos empregados readmitidos".*

Os petroleiros exigem ainda a implementação de uma política de saúde ocupacional e o fim da Repactuação, o malfadado plano de Previdência articulado pela Petrobras e a Federação Única dos Petroleiros (FUP) para atacar a aposentadoria da categoria.

A ocupação segue por tempo indeterminado e a empresa adotou uma política de isolamento dos manifestantes, impedindo a entrada de pessoas no andar.

FRENTE NACIONAL DE PETROLEIROS É ALTERNATIVA DE LUTA À FUP

FNP foi formada em agosto, motivada pela traição dos governistas durante o congresso da categoria

A Frente Nacional dos Petroleiros surgiu como alternativa à governista FUP, que atua hoje com correia de transmissão dos interesses do governo e da direção da Petrobras na categoria. A FNP teve seu primeiro impulso quando diversos delegados abandonaram o último congresso da FUP.

O racha teve como principal mote a proposta de "Repactuação" da Previdência dos petroleiros. Os governistas se recusaram a levar a proposta para as assembléias de base, querendo impor a medida de forma autoritária, a mando do governo. Os delegados que se recusaram a tomar parte desse ataque saíram do congresso e iniciaram a formação de uma alternativa.

Fundada no último 16 de agosto, a frente reúne sindicatos e oposições. Integram a frente os petroleiros dos sindipetros do Rio de Janeiro, Sergipe/Alagoas, São José dos Campos, Litoral Paulista, Pará/Amazonas/Maranhão/Amapá. No próprio ano de formação, a FNP impulsiona uma campanha salarial reivindicatória independente da FUP.

O *Bloco Alternativo Sindical de Esquerda* (Base) apoiou desde o início a construção da FNP e defende ainda a ruptura dos sindicatos de petroleiros da CUT.

DEBATE SOBRE A RUPTURA COM A CUT VAI POLARIZAR CONGRESSO DA FASUBRA

*DA REDAÇÃO**

De 4 a 9 de dezembro ocorre em Luziânia (GO) o Congresso da Fasubra, o Confasubra (Congresso Nacional dos Trabalhadores Técnico-Administrativos em Educação das Universidades Brasileiras).

O grande debate que polarizará o congresso é a ruptura com a CUT. De um lado, a corrente *"Tribo"* (*Articulação*), o PCdoB e a *Democracia Socialista*, que compõem a maioria da atual direção da Federação e defendem a Central. No congresso vão tentar reverter o profundo desgaste que ela tem na base da categoria. De outro, o *"Vamos à Luta"* defende a desfiliação da Fasubra da CUT.

Além disso, a batalha do *"Vamos à Luta"* será também pela organização da mobilização contra as reformas neoliberais, principalmente a Universitária.

A necessidade da construção de uma nova direção para a Fasubra, alternativa ao governismo da *Tribo*, também está no centro do debate. A atual direção da Federação segue a política de focalizar a campanha salarial nas reivindicações específicas, boicotando as lutas gerais e impedindo o impulso de uma grande mobilização unificada contra o governo.

ATUAL DIREÇÃO da Fasubra prioriza reivindicações específicas, boicota as lutas gerais e impede a mobilização unificada contra o governo

Com isso, a categoria amarga arrocho e retrocesso em seus direitos. O Plano de Carreira encaminhado pelo governo, por exemplo, retrocede em relação ao negociado com o governo Fernando Henrique Cardoso.

A BATALHA DENTRO DO "VAMOS À LUTA"

No entanto, a disputa não se reduz à ruptura e superação da CUT. Dentro do *"Vamos à Luta"* (VAL), duas propostas polarizam a discussão.

Os ativistas da Conlutas, como os militantes do **PSTU**, por um lado, defendem a imediata ruptura com a CUT e a construção da Conlutas como alternativa de luta.

Por outro lado, outros setores do VAL defendem a Intersindical, proposta de alternativa que não supera a CUT, mas que tenta reunir setores dentro e fora da central.

Os militantes da Conlutas utilizaram um manifesto propondo a ruptura com a CUT e a luta contra as reformas para a eleição de delegados ao Congresso, obtendo grande receptividade na base. Na Universidade Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), foram eleitos 22 delegados que simpatizam com a Conlutas. Na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), dos 21 delegados eleitos, 15 são do *Vamos à Luta*. Na Universidade Federal do Pará (UFPA), dos 18 delegados, 11 são da oposição.

É PRECISO DEFENDER A OCUPAÇÃO DO PINHEIRINHO

AS CERCA DE 1.200 FAMÍLIAS da ocupação do Pinheirinho, em São José dos Campos (SP), enfrentam a ameaça de ver suas casas demolidas. Algo que, mais uma vez, só pode ser impedido com muita solidariedade e mobilização.

WILSON H. SILVA, da redação

Quando fechávamos esta edição, ainda pendia sobre a cabeça dos moradores do Pinheirinho a possibilidade de efetivação de duas liminares judiciais, aprovados com o objetivo de demolir as casas da ocupação e garantir a reintegração da posse aos proprietários do terreno.

Há quase três anos, sete mil pessoas transformaram uma área abandonada de São José dos Campos em sua moradia, fazendo brotar um bairro de um lugar que, até então, era utilizado única e exclusivamente para a especulação imobiliária, por parte de seu proprietário, o mega-trambiqueiro da Bolsa de Valores, Naji Nahas.

Desde então, os moradores têm enfrentado constantes ameaças por parte das autoridades, particularmente, da prefeitura, dirigida pelo tucano Eduardo Cury, que já tentou toda e qualquer forma de falcatrua e intimidação para retirar os moradores do local.

Além dos constantes pedidos de reintegração de posse, as "autoridades" já tentaram de tudo: estipularam uma multa de mil salários mínimos caso fossem construídas casas de alvenaria e ruas na área; aprovaram (na Câmara na cidade) o cancelamento de "benefícios" como o Bolsa Família e outros para todas as famílias que estão no Pinheirinho e, pior, por várias vezes ameaçaram invadir o bairro e demolir todo o acampamento, com o "auxílio" da tropa de choque da polícia.

Até o momento, todos os ataques foram barrados pelas mobilizações dos moradores (como o fechamento da Via Dutra e passeatas até a casa do prefeito), que sempre contaram com a importante solidariedade de entidades dos movimentos sociais, em especial do movimento sindical, como o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, que têm dado apoio às diversas iniciativas políticas e jurídicas do Movimento que já garantiram, por exemplo, junto ao Tribunal de Justiça do Estado, a continuidade do fornecimento de água, luz e esgoto para os moradores do Pinheirinho.

NOVA AMEAÇA

Apesar de vitoriosas, estas mobilizações não conseguiram colocar um ponto final nas ameaças da elite local. A última e, talvez, maior delas, tomou corpo no início de novembro, quando a prefeitura aprovou a derrubada de todas as casas e construções do local.

A divulgação das criminosas intenções da prefeitura já resultou na realização de uma passeata, com mais de 2 mil pessoas, no dia 9 de novembro, e numa reunião, com ativistas de várias entidades – como o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL), o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), o Movimento Popular pela Reforma Agrária (MPRA), de São Paulo e Minas Gerais, além do Movimento Urbano dos Sem Teto (Must), que dirige a ocupação no Pinheirinho.

CAMPANHA A DESOCUPAÇÃO

Mais uma vez, é necessário lutar contra os ataques aos moradores do pinheirinho. É preciso intensificar a resistência em união com os trabalhadores contra as perseguições políticas e a repressão aos moradores. As entidades do movimento social e popular devem manifestar a sua ampla solidariedade e apoio político os sem-tetos. Várias entidades já estão nessa luta.

A Coordenação Nacional de Lutas está participando ativamente dessa campanha. É preciso Estender essa campanha por todo o país para que os moradores da região possam alcançar uma vitória definitiva da ocupação e conquistar o direito de ter uma moradia digna para viver.

SOLIDARIEDADE

Entre em contato para apoiar a ocupação.
Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos
(12) 3946.5333
sindmetalsjc@sindmetalsjc.org.br

"VENCER AQUI É DAR UM EXEMPLO DE QUE A LUTA POR MORADIA É POSSÍVEL"

Entrevistamos Valdir Martins, o "Marrom", dirigente do Must, que nos falou sobre a importância da luta no Pinheirinho e os próximos passos em defesa da ocupação

MANOEL PEREIRA / SINDMETAL SJC

WILSON H. SILVA, da redação

Opinião Socialista - Como os moradores estão vendo a nova ameaça?

Marrom – Acima de tudo com disposição para resistir. Da forma que for necessário. Andando pelas ruas do Pinheirinho é fácil ver isto. Às vezes de uma forma desesperada: crianças nos procuram para dizer que não querem passar o Natal na rua e mães já disseram que preferem atear fogo em seus barracos do que vê-los ser derrubados pela polícia. Mas, acima de qualquer desespero, o que se vê é a vontade de lutar e a certeza da vitória. Toda ocupação está coalhada de bandeiras vermelhas, faixas e cartazes; as reuniões acontecem diariamente e não faltam voluntários para trabalhar na campanha. Até as tradicionais árvores de Natal, aqui no Pinheirinho, ganharam decoração especial, com nossas bandeiras de luta.

Quanto à campanha, o que está sendo feito?

Marrom - Nas reuniões que tivemos nas últimas semanas, decididos fazer uma ofensiva maior. Estamos programando novas marchas, vamos procurar as autoridades locais e, além disso, estamos encaminhando várias iniciativas de solidariedade, com todos que estejam dispostos a defender o direito dos moradores.

Qual tem sido a importância da solidariedade nesta luta?

Marrom – Total. O Sindicato dos Metalúrgicos, que tem sido um aliado de primeira-linha. Essa semana, depois da nova ameaça, os sindicalistas, além de participarem ativamente de todas atividades e reuniões, vão colocar, em todas as rádios e jornais da região, mensagens em apoio à nossa luta. Também todos os boletins que estão sendo distribuídos na base, trazem a discussão sobre a necessidade dos metalúrgicos se juntarem nesta luta. Algo que também está acontecendo não só nas demais entidades sindicais da região, como também em movimentos como o MST e a Central dos Movimentos Populares.

Qual é a importância desta luta?

Marrom – O Pinheirinho abriu um espaço muito grande na luta pela moradia na região e no país. Numa região onde já vários condomínios de luxo, sendo que somente dois deles são regularizados, e há mais de 140 loteamentos "clandestinos", nossa ocupação se transformou numa referência. Em São José, o Pinheirinho é um desafio aberto contra o projeto de "higienização" social que foi projetado pelos tucanos. Essa idéia neoliberal e nojenta de "limpar" as favelas, expulsando seus moradores para as áreas mais distantes possíveis. Vencer aqui é dar ao Brasil um exemplo de que a luta por moradia e condições dignas de vida não só é necessária e justa, mas também é possível.

WWW.PSTU.ORG.BR

A entrevista completa pode ser acessada no portal do PSTU

A ENCRUZILHADA DO GOVERNO EVO MORALES

***AMÉRICO GOMES**, da Direção Nacional do PSTU**

O governo de Evo Morales, na Bolívia, termina o seu primeiro ano ainda com grande popularidade, mas já com sinais de crise. É um tipo de governo que chamamos de Frente Popular, com representantes do movimento de líderes dos trabalhadores e da burguesia. Existe uma polarização crescente no país, enquanto Evo busca ganhar tempo e evitar definições.

Os índices de popularidade do governo chegam a 70% a 80%, fruto de seu discurso contra o imperialismo, do aumento do salário mínimo para 500 bolivianos (US$ 65), promessas de nacionalizar os hidrocarbonetos e de fazer a reforma agrária, mudanças nas leis trabalhistas, como o fim da dispensa sem motivos e do livre contrato. Pegando carona na proposta de Lula, Evo também instituiu o bônus Juanito Pinto para quem tem filho nas escolas, uma versão local do Bolsa Família.

No governo existem representantes dos movimentos sociais como Galvez, ex-dirigente da Federação dos Trabalhadores Fabris, e atualmente no Ministério do Trabalho; Abel Mamani, da Federação das Juntas de Vizinhos de El Alto; Guilhermo Dalance, o ministro das Minas, ligado à Federação Mineira. O Ministério das Forças Armadas está sob o controle de Wolker San Miguel, um dos representantes da burguesia.

Na oposição de esquerda estão a direção da Central Operária Boliviana (COB), os professores urbanos, a Federação Mineira e os mineiros assalariados.

Do outro lado, na oposição burguesa, encontraremos a burguesia de toda "meia lua" boliviana (os departamentos de Santa Cruz de la Sierra, Tarija, Beni e Pando), onde ficam as grandes reservas petrolíferas e as plantações de soja, e setores do imperialismo (EUA e Espanha). Todos com uma política de pressionar para ter mais concessões e maiores lucros.

Isso faz com que o governo Evo seja sistematicamente pressionado, por um lado, pelo movimento popular e operário que quer avanços no processo revolucionário e, de outro, pela burguesia nacional que luta contra qualquer mudança progressiva na Assembléia Constituinte e defende a maior autonomia de seus departamentos, os estados da Bolívia. O imperialismo, por sua vez, quer maiores concessões para suas empresas nas áreas mineiras e dos hidrocarbonetos.

Esta realidade dá ao governo Evo características de instabilidade e crise, apesar do grande prestígio que ainda goza no movimento de massas.

A FRAUDE DAS NACIONALIZAÇÕES

Uma das mais claras demonstrações da política do governo é a discussão sobre o gás. Primeiro, pressionado pelas mobilizações e pelo processo revolucionário, Evo ditou o Decreto Supremo 28701, anunciado como o da Nacionalização dos Hidrocarbonetos. Ainda que não apresentasse a expropriação das multinacionais, foi visto como uma medida progressiva.

Houve reações dos governos que controlam as transnacionais, particularmente de Zapatero (Espanha) e de Lula. O Brasil ameaçou diminuir o investimento no país de US$ 2 bilhões para US$ 90 milhões, o fim das perfurações em San Alberto e de processar o governo boliviano.

O ministro de Hidrocarbonetos, Solís Rada, tentou acabar com um bônus das refinarias estrangeiras que produzem para o mercado interno. Frente aos protestos imperialistas, entretanto, o governo decidiu *"congelar temporariamente a medida para não interferir nas negociações com a Petrobras"*. Totalmente desautorizado, Solís Rada caiu, apesar de ser o mais popular dos ministros.

Depois de seis meses de negociações, o governo assinou 44 contratos com 10 empresas, com duração de 24 a 31 anos. Estas empresas passaram a ser "prestadoras de serviço", entregam formalmente sua produção à estatal boliviana, que passa a ser a fiscalizadora, mas não controla as operações do setor. As empresas seguem donas de seus investimentos e ativos.

Não houve, portanto, nacionalização alguma e ainda foi liquidada qualquer possibilidade de reconstruir uma empresa petroleira nacional. O governo simplesmente renovou os contratos e as empresas estrangeiras seguem atuando em ótimas condições.

A burguesia boliviana e as multinacionais comemoraram o acordo, mas povo já começou a entender que esta nacionalização é uma fraude. Pois os novos contratos consolidam os mega-campos nas mãos das multinacionais e a favor da exportação e não garantem nenhum processo de industrialização nacional do gás, nem distribuição para o consumo interno.

* Américo Gomes esteve recentemente em La Paz

Apesar da popularidade, governo boliviano completa seu primeiro ano com sinais de crise, às voltas com protestos populares e enfrentamentos com oligarquias regionais

AGÊNCIA BOLIVIANA DE INFORMAÇÕES

Após decreto, governo fez acordo com petroleiras estrangeiras, como a Petrobras

A CRISE DA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE

Em agosto, começou a funcionar a Assembléia Constituinte. Sua convocação foi uma das principais reivindicações do movimento de massas na revolução de 2003, assumida por Morales.

A população indígena e camponesa vê a Constituinte como um instrumento para resolver os problemas da terra. Exigem que a Constituinte seja originária e de "refundação" da Bolívia (quer dizer, soberana para aprovar uma nova Constituição e com poder para criar uma nova estrutura de Estado, subordinando todos os outros poderes a ela). Por outro lado, a burguesia e o imperialismo querem que ela seja "derivada" (respeite os outros poderes e as bases da Constituição, limitando-se a uma reforma constitucional).

Por isso existe a luta para ver se as votações serão por maioria simples ou qualificada (dois terços). Na convocatória da Assembléia Constituinte, Evo tinha feito um acordo com a burguesia de que as votações seriam feitas por dois terços dos votos. No entanto, o MAS, (partido de Evo, grande vitorioso nas eleições constituintes), elegeu 55% dos deputados. Assim, não poderia aprovar nenhuma medida do governo. Pressionado pelo movimento de massas, Evo rompeu o acordo, e aprovou na Constituinte a maioria simples como forma de decisão. Agora, os setores da burguesia nacional, representados pelos prefeitos e governadores da região da "meia lua", romperam com o governo e começam a realizar manifestações, com greves de fome e marchas. Uma paralisação patronal foi realizada no dia 8 de setembro. Outras mobilizações, certamente ocorrerão.

Frente à nova pressão da burguesia, Evo propôs que as questões polêmicas sejam votadas por dois terços. O problema agora é saber quais serão as questões polêmicas.

Como conseqüência, a Assembléia Constituinte está paralisada. Nos últimos meses não se aprovou nada, apenas discute o seu próprio regimento.

A PRIVATIZAÇÃO DA MUTUM

Apesar de todo discurso nacionalizante, Morales privatizou a mina de Mutum para a empresa Jindall Steel and Power, indiana com capital norte-americano. A Mutum é a segunda jazida de ferro da América Latina, atrás somente de Carajás, e a sétima reserva de ferro do mundo. Tem um potencial de 40 bilhões de toneladas de ferro, além de manganês, níquel e cromo. A concessão é por 40 anos.

CONFLITO ENTRE MINEIROS

Os planos neoliberais levaram a uma brutal crise nas minas do país. Em 1985, a Lei 21060 fez com que fossem demitidos 27 mil mineiros. Houve o desmantelamento histórico da Corporação Mineira Boliviana (Comibol), única empresa estatal mineira do país. Várias minas de estanho foram privatizadas e outras fechadas.

Com isso, muitos mineiros optaram por formar cooperativas para manter seus trabalhos, em péssimas condições salariais. Alguns "empresários cooperativistas" entraram no ramo atuando como intermediários e ganhando muito dinheiro. Só foram mantidas algumas poucas minas estatais (como Huanuni, Colquiri e Caracoles) sob contratos de risco compartilhado com empresas estrangeiras ou nacionais. Hoje existem 5 mil trabalhadores nessas minas.

O aumento dos preços dos minerais a nível internacional voltou a dar destaque à questão mineira. Agora explodiu um confronto entre os trabalhadores das cooperativas (que exigem que as minas estatais que sobram sejam também transformadas em cooperativas) e os mineiros das estatais.

Morales nomeou Walter Villarroel, principal dirigente das cooperativas, como ministro das Minas. Como havia demora em cumprir os compromissos de campanha, centenas de cooperativistas tentaram tomar de assalto o morro de Posokoni, em Huanuni, maior jazida de estanho do país e uma das maiores do continente, atacando os trabalhadores estatais com dinamites.

Os mineiros estatais defenderam sua fonte de trabalho e ganharam o conflito em termos políticos e militares. No conflito morreram 16 pessoas (12 das cooperativas). Caiu o ministro representante dos cooperativistas e os trabalhadores estatais arrancaram promessas de Evo de novas estatizações.

Em La Paz os jornais anunciavam que, em represália, os mineiros cooperativados tinham atacado um comando policial, seqüestraram um soldado e o explodiram com bananas de dinamite em volta do corpo. A Federação de Cooperativistas Mineiros anunciou a ruptura com o governo.

Os mineiros estatais exigem a "reconstrução da estatal Comibol", empregando todos os mineiros, rescisão dos contratos de *joint venture* com as empresas privadas estrangeiras e a sua expropriação.

Este tipo de conflito operário, além de colocar na ordem do dia a nacionalização, também mostra a necessidade da autodefesa operária e da construção de milícias dos trabalhadores.

O PETRÓLEO É O SANGUE DA BOLÍVIA E O GÁS O SEU OXIGÊNIO

A Bolívia tem uma população de mais de oito milhões de habitantes (a maioria de origem indígena), e 70% vive abaixo da linha de pobreza. Seus principais recursos minerais eram a prata, o cobre e o estanho. Ao longo de séculos foram assaltados pelos colonizadores imperialistas. A prata de Potosí foi levada por 200 anos pelos espanhóis. O estanho foi saqueado por dezenas de anos, e depois as minas semidestruídas pelo neoliberalismo. O país já perdeu 40% do seu território para Chile (a saída para o mar), Brasil (Acre), Peru e Paraguai.

Atualmente, seus principais recursos naturais são o petróleo e o gás, que também estão sendo roubados pelas multinacionais. O gás boliviano é de fácil extração e é de melhor qualidade que o venezuelano. A produção e a exportação do gás natural da Bolívia são controladas por transnacionais petrolíferas, como a British Gas, a Repsol-YPF e a Petrobras. Esta tem em suas mãos 40% das reservas do país.

O gás é vital para a sobrevivência, independência econômica e política da Bolívia. O jornalista Mirko Orgas Garcia é categórico "Ou nacionalizamos o gás ou desaparecemos como país".

AVANÇAR NA NACIONALIZAÇÃO E NA INDUSTRIALIZAÇÃO

Os processos revolucionários dos últimos anos na Bolívia desenvolveram uma consciência majoritariamente anti-imperialista, com disposição para defender seus recursos naturais como o gás.

É necessário avançar para a expropriação sem indenização e sob controle dos trabalhadores de todas as empresas estrangeiras de hidrocarbonetos, estabelecer o monopólio da compra, venda e transporte de petróleo e do gás no país. Com isso, é possível desenvolver a industrialização, mudando a matriz energética para o gás natural, utilizando-o de forma massiva e barata para a produção.

Os novos contratos das estrangeiras, que Evo está apresentando como uma vitória, são na verdade uma traição. Isso começa a ser percebido na vanguarda dos principais setores, como a juventude e as operárias de El Alto; os mineiros assalariados de Huanuni; os petroleiros de Tarija, entre outros. Como disse uma dirigente camponesa, os povos originários estão *"levantando o olhar"*. Ou seja, estão observando Evo e vendo o que ele vai fazer.

A PETROBRAS NA BOLÍVIA

A Petrobras, que hoje negocia suas ações na Bolsa de Valores de Nova York e tem 40% de suas ações em mãos de investidores internacionais, é dona de dois gigantescos campos de gás natural operados em San Antonio e San Alberto, em Tarija; explora poços de petróleo e de gás em seis departamentos bolivianos; refinarias de Gualberto Villaroel, em Cochabamba, e Guillermo Elder Bell, em Santa Cruz.

O segundo governo Hugo Banzer vendeu para a Petrobrás por US$ 100 milhões. Foram entregues refinarias e postos de gasolina da YPFB (antiga estatal dos hidrocarbonetos), 165 milhões de barris de petróleo e 6 trilhões de pés cúbicos de gás, como "ativos". Entregou de graça também as empresas Chaco e Andina.

A Petrobras é a maior empresa atuando no país e representa quase 20% do Produto Interno Bruto. Responde por 22% da arrecadação do país, possuindo cerca de 40% das reservas de gás, tem uma participação de 98% do mercado de refino boliviano, 25% do mercado de combustíveis e 63% do mercado de lubrificantes. Cerca de 60% do superávit da balança comercial boliviana é obtido com as exportações para o Brasil, que compra 32% das exportações.

A presença da Petrobras também se reflete no âmbito político, com a nomeação de autoridades estreitamente vinculadas com a empresa, e vinculação com grupos de interesses regionais, como os autonomistas de Santa Cruz e Tajira, região onde está desenvolvendo associada com grupos empresariais bolivianos empresas no Pólo de Desenvolvimento do Sudeste de Bolívia, além de negócios na fronteira Puerto Suarez-Corumbá.

Com isso, a empresa vem tendo lucros extraordinários, que vão para os bolsos de seus acionistas majoritários e para aumentar o superávit primário do governo Lula. Não são os interesses dos trabalhadores brasileiros que estão sendo defendidos na Bolívia, mas os interesses dessa empresa e de seus grandes acionistas. Os trabalhadores brasileiros têm interesses em lutar junto com seus irmãos de classe bolivianos contra o domínio imperialista na América Latina.

AS MENTIRAS NA REFORMA SINDICAL E TRABALHISTA

PUBLICAMOS ABAIXO um resumo do painel apresentado no Seminário Nacional da Conlutas contra as reformas, em São Paulo

***ZÉ MARIA**, da Federação Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais*

A característica fundamental das reformas na área trabalhista, inspiradas no receituário neoliberal é, de um lado, afastar o Estado das relações individuais de trabalho por um lado, eliminando e/ou flexibilizando direitos dos trabalhadores protegidos em lei, e, por outro lado, intensificar a interferência do Estado nas relações coletivas de trabalho, para restringir a ação coletiva dos trabalhadores, punir greve, e coagir os sindicatos a se transformarem em instrumentos de controle dos trabalhadores, ao invés de serem um instrumento para a sua luta.

As reformas visam atender apenas aos interesses do grande capital, sacrificando ainda mais os trabalhadores. Mas não é assim que a reforma será apresentada à sociedade. Vão "dourar a pílula" para melhor vender a idéia e criar condições políticas para aprová-la no Congresso Nacional. Portanto, além de estudar as propostas, é preciso combater as mentiras que serão veiculadas para defendê-las.

A PROPOSTA

Uma proposta de reforma trabalhista para o Brasil está no livro publicado em 2006 pelo IPEA, "Brasil: o estado de uma nação". O IPEA é órgão do governo, subordinado ao Ministério do Planejamento. O texto apresenta as propostas para uma reforma das "instituições do mercado de trabalho":

1 - Evitar valorização real do salário mínimo e desvincular o valor dos benefícios sociais do valor do salário mínimo (aposentadoria e outros);

2 - Restringir o acesso do trabalhador ao FGTS, transformando pelo menos parte dele em fundo previdenciário resgatável apenas na aposentadoria. Reduzir a 10% ou 15% a multa paga pela empresa em caso de demissão sem justa causa, sendo que a maior parte (2/3 ou 3/4) seria revertida ao governo para reforço do seguro desemprego, ao invés de ser paga ao trabalhador.

3 - Limpeza da CLT, singelamente chamada de "simplificação", *"mantendo-se o estritamente necessário para preservar a saúde do trabalhador com a preservação dos direitos básicos definidos no art. 7º da Constituição Federal"*. O que mesmo seria o "básico" do art. 7º da Constituição?

4 - Mudanças nos procedimentos da Justiça do Trabalho, no que diz respeito aos julgamentos de dissídios individuais e coletivos.

Vejamos os argumentos mentirosos dos defensores da reforma:

a) "A reforma é necessária porque o custo do trabalho é alto, o que inviabiliza a competitividade das empresas"

Em "O Trabalho sob Fogo Cruzado", o economista Marcio Pochmann diz que *"ao contrário do que apontam vários estudos, o custo da mão-de-obra para a empresa não é caro, sobretudo se comparado com o de outros países"*.

Pochmann informa que, em 1993, o custo total do trabalho por hora trabalhada na indústria de transformação no Brasil (incluindo encargos sociais e trabalhistas), era de US$ 3,08. Valor menor que o custo apenas dos encargos sociais por hora de trabalho na Alemanha (US$ 5), França e Itália (US$ 4,50). Nos EUA este custo estava em torno de US$ 3.

Uma variação desse argumento é de que *"os encargos sociais são muito altos, em comparação com o salário efetivamente recebido pelo trabalhador"* e que diminuir os encargos vai ser bom para o trabalhador, *"que passará a receber mais em dinheiro efetivo"*.

Há o argumento de que os encargos significam cerca de 100% do valor do salário efetivamente pago ao trabalhador. Este argumento trata como encargos sociais direitos trabalhistas que significam ganho monetário para o trabalhador (férias, adicional de 1/3 de férias, décimo terceiro, descanso semanal remunerado, feriados, rescisão contratual, etc).

Pochmann separa o que é encargo social e o que são direitos trabalhistas, constitutivos do rendimento do trabalhador.

Depois ele demonstra que, na verdade, o peso dos encargos sociais gira em torno de 20,06% do custo total do trabalho. Está no mesmo patamar de países como Argentina e Uruguai e abaixo de Itália França, Portugal e Alemanha. Em relação ao salário efetivamente recebido pelo trabalhador, o valor dos encargos não passa de 40% (Dieese).

Fica claro que diminuir encargos levaria a diminuir os ganhos monetários do trabalhador, e não a aumentá-los, sem falar nos prejuízos do sistema de seguridade social.

b) *"A flexibilização permite às empresas adaptarem-se à realidade do mercado, ganharem competitividade, gerando crescimento econômico e emprego"*

FONTE: Morgan Stanley Research, in: Stewart, 1994

Não há base científica para afirmar que a flexibilização leva ao aumento do emprego. Estudo feito por Uriarte informa que *"na Espanha o processo de flexibilização iniciou-se a partir de 84, com uma taxa de desemprego da ordem de 10%. Após uma década de reformas flexibilizadoras, o desemprego subiu para cerca de 22%"*. Em 1977, *"reagindo contra isso, celebra-se o Acordo Internacional de Estabilidade no Emprego para promover o contrato de longa duração. Curiosamente o desemprego cai moderadamente, para 18%"*.

DIREITOS TRABALHISTAS COM RENDIMENTO AO TRABALHADOR	ENCARGOS SOCIAIS
Décimo-terceiro salário	INSS
Adicional de 1/3 de férias	Seguro-acidente
Rescisão contratual	Salário-educação
FGTS	Sesi
Férias	Senai
Repousos semanais	Incra
Feriados	Sebrae
Ausências remuneradas	

Na Argentina, o desemprego era de 6% ao final do governo Alfonsin, e chegou a 20% com o processo de flexibilização iniciado em 1991 (sendo que cerca de 85% das contratações eram precárias). Em 1997 reage-se, promovendo o trabalho de longa duração, abolindo os contratos de "promoção do emprego", e o desemprego cai para 14% ou 15%, no começo de 2000. Neste ano foi aprovada lei que retoma mecanismos desregulamentadores do período anterior e o desemprego volta a crescer, chegando ao patamar histórico de 95 a 97.

No Chile o desemprego também aumentou, chegando a 20%, depois da reforma trabalhista de 1978/79. Na Colômbia, o desemprego era de 5% ou 6% em 1985. Por uma pressão norte-americana, foi aprovada a reforma trabalhista em 1990 e o desemprego bateu 20% em 2002.

CAMPANHA EM DEFESA DOS DIREITOS TRABALHISTAS

É necessária uma ampla campanha de esclarecimento junto à toda a sociedade e de lutas, que coloque "em pé de guerra" a classe trabalhadora, ativos e aposentados, do setor público e privado, da cidade e do campo, estudantes e todos os segmentos explorados da população: este é o objetivo que precisamos nos dar para o próximo período.

PRÓXIMOS SEMINÁRIOS

São Paulo (capital e Guarulhos): 2/12 – Hotel San Raphael, 9h

Bauru (SP): 2/12 – Sindicato dos Bancários de Bauru

ABC (SP): 2 e 3/12

Vale do Paraíba (SP): 9/12 – Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos

Rio de Janeiro - Capital e Niterói: 1 e 2/12 – Sindjustiça

Volta Redonda (RJ): 9/12

Pará: 16 e 17/12

BIBLIOGRAFIA:

Marcio Pochmann (professor do Instituto de Economia da UNICAMP) – "O Trabalho Sob Fogo Cruzado", editora Contexto, 2002.

Oscar Ermida Uriarte (professor de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito de Montevideo, e consultor da OIT) – "A Flexibilidade", editora LTR, 2002.

IPEA – "Brasil: o estado de uma nação", capítulo 4 (2006).

IPEA – "Uma agenda macroeconômica para 2007", boletim de conjuntura de setembro de 2006.

IPEA – "Texto para discussão n. 1214", de setembro de 2006.